



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

APELAÇÃO CÍVEL Nº 295507-5 - 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Apelante: FRED HÍLTON TAVARES DE SOUZA

Apelado: EXCELSIOR MED S/A

Relator: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVIMENTO PARA MAJORAR O *QUANTUM* INDENIZATÓRIO.

1- A negativa de cobertura a tratamento médico prescrito pelo médico assistente pode ensejar dano moral.

2- *In casu*, a majoração para o valor de R\$ 5.000,00 se mostra adequada, em função do caráter pedagógico das perdas e danos, visando desestimular a prática de novos atos ilícitos, bem como ofertar conforto ao ofendido.

3 - Honorários fixados com base nos parâmetros do art. 20, §3º, CPC. Houve julgamento antecipado da lide e ação a tramitou no foro da capital. Majoração descabida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial à Apelação Cível interposta, para majorar os danos morais para R\$ 5.000,00, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,


DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

APELAÇÃO CÍVEL Nº 295507-5 - 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Apelante: FRED HÍLTON TAVARES DE SOUZA

Apelado: EXCELSIOR MED S/A

Relator: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Des. José Fernandes de Lemos: Trata-se de apelação interposta por FRED HÍLTON TAVARES DE SOUZA contra sentença proferida pelo juízo da 20ª vara cível da capital, pleiteando a majoração do valor indenizatório de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em que foi condenada a EXCELSIOR MED S/A, em virtude da negativa de cobertura de material necessário a tratamento médico ao qual deveria se submeter o autor-apelante. Requereu também a majoração dos honorários advocatícios, arbitrados pelo juízo *a quo* em 10% (dez por cento) sobre valor da causa.

Consta dos autos que o autor-apelante foi diagnosticado com doença degenerativa discal em L4-L5 e L5-S1 com artrose facetaria, que estaria impossibilitando-o de realizar suas atividades diárias. Em decorrência da ineficácia de tratamento anterior, o médico assistente lhe prescreveu, em 04.04.2012, um novo tratamento através de Rizotomia Facetaria por Radiofrequência, com a utilização de 01 kit de radiofrequência com 04 agulhas/eletrodos.

O plano de saúde, réu-apelado, se negou a cobrir o referido tratamento através do método de radiofrequência, uma vez que este não constava na Resolução 262/2011 da ANS. Afirmou, contudo, que o beneficiário teria a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

cobertura do tratamento com a Rizotoma Facetaria através do método tradicional, este sim previsto na referida Resolução.

Em decisão proferida em caráter liminar, na data de 11.06.2012, o juízo da 20ª vara cível determinou que o plano de saúde cobrisse o tratamento tal qual fora prescrito. Decisão esta efetivamente cumprida. Na sentença de mérito, o magistrado ratificou os termos da tutela antecipada e condenou o réu-apelado a indenizar o autor-apelante pelos danos morais sofridos no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Irresignado, o autor apelou pleiteando a majoração dos valores arbitrados a título de danos morais e de honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Em conformidade ao disposto no §3º do art. 551 do CPC, tratando-se o caso de apelação em procedimento sumário, em que não há revisor, inclua-se o feito em pauta.

Recife,


Des. José Fernandes de Lemos

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

APELAÇÃO CÍVEL Nº 295507-5 - 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Apelante: FRED HÍLTON TAVARES DE SOUZA

Apelado: EXCELSIOR MED S/A

Relator: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

MÉRITO

Des. José Fernandes de Lemos (relator): Sabe-se que o *quantum* indenizatório deve ter em conta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de obedecer a critérios recomendados pela doutrina e jurisprudência pátrias, tais quais: os referentes à situação pessoal e ao *status* social e econômico do ofendido, à intensidade do constrangimento, ao porte econômico do ofensor, ao grau de culpa e à gravidade da ofensa.

Com isto, visa-se a desestimular a prática de novos atos ilícitos, bem como ofertar conforto ao ofendido, de modo que a quantia arbitrada não seja tão irrisória, que nada represente, nem tão exagerada, a ponto de implicar sacrifício demasiado para o responsável ou enriquecimento ilícito para a outra parte.

Diante das balizas indicadas, mostra-se razoável, na situação ora em análise, o arbitramento da verba indenizatória em R\$5.000,00, tendo em vista a dupla finalidade da indenização: servir como compensação e como desestímulo à prática ilícita por meio da punição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. PLANO DE SAÚDE. ILEGALIDADE DA NEGATIVA DE COBERTURA A TRATAMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- É pacífica a jurisprudência da Segunda Seção no sentido de reconhecer a existência do dano moral nas hipóteses de recusa pela operadora de plano de saúde, em autorizar tratamento a que estivesse legal ou contratualmente obrigada, sem que, para tanto, seja necessário o reexame de provas.

2.- A fixação dos danos morais no patamar de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cumpre, no presente caso, a função pedagógico-punitiva de desestimular o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1373969/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 19/06/2013).

Relativamente à majoração dos honorários advocatícios, entendo que esta não deve prosperar. O art. 20, §3º, CPC estabelece que os honorários advocatícios serão fixados levando-se em conta o zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Pois bem, o caso em tela discutiu matéria de simples elucidação. Houve, inclusive, julgamento antecipado da lide, haja vista a desnecessidade de dilação probatória. Acrescente-se a isso o fato de a ação ter tramitado na capital, o que não causou transtornos de deslocamento aos patronos das partes.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. O arbitramento dos honorários deve ser feito com base na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

apreciação equitativa do juiz, atendendo aos ditames das alíneas a e c do § 3º, artigo 20, do CPC, em combinação com o § 4º do mesmo dispositivo, quais sejam o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Caso concreto em que os honorários advocatícios foram devidamente fixados no valor de R\$ 500,00.

(TJ-RS - AC: 70041829144 RS , Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Data de Julgamento: 18/05/2011, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/05/2011).

Diante de tais considerações, assim como o MM juiz *a quo*, entendo ser de bom alvitre a fixação dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, não merecendo, neste ponto, reforma a sentença guerreada.

POSTO ISTO, DOU PROVIMENTO PARCIAL ao Recurso de Apelação, para majorar o *quantum* indenizatório para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

É como voto.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos

Relator